

MOZAMBIQUE News reports & clippings

210 28 December 2012 Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)

Detailed press reports

Estado passa a deter 100 por cento do BNI

O ESTADO moçambicano adquiriu as acções que a Caixa Geral de Depósitos (CGD) de Portugal e o Banco Comercial de Investimentos (BCI) detinham no Banco Nacional de Investimentos (BNI), passando a assumir uma posição maioritária de 100 por cento no capital desta instituição financeira, que totaliza 70 milhões de dólares norte-americanos.

Maputo, Terça-Feira, 11 de Dezembro de 2012:: Notícias

A cerimónia decorreu ontem, em Maputo, tendo o acto sido formalizado entre o Presidente do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), Apolinário Panguene, o Administrador do CGD, João Nuno Palma e o Presidente da Comissão Executiva do BCI, Ibraimo Ibraimo. Testemunharam o acto o Ministro das Finanças, Manuel Chang, o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia, o Vice-Governador do Banco de Moçambique, António de Abreu, entre outros altos quadros do Governo. Refira-se que esta instituição financeira dedica-se à actividade de investimento, visando apoiar o desenvolvimento da economia moçambicana.

Estado moçambicano passa a controlar 100% do BNI

O PAIS TERÇA, 11 DEZEMBRO 2012 10:43 REDACÇÃO

A ideia do Governo de Armando Guebuza é transformar o BNI num banco de desenvolvimento. O Estado moçambicano passou, desde ontem, a controlar 100% das acções do Banco Nacional de Investimento (BNI). Um acordo entre os accionistas foi assinado neste sentido, devendo as acções do grupo financeiro português Caixa Geral de Depósitos (CGD) e do BCI passarem para o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), o representante do Estado moçambicano no banco. A ideia do Governo de Armando Guebuza é transformar o BNI num banco de desenvolvimento.

A acordo prevê que o grupo financeiro português – Caixa Geral de Depósito - ceda os 49.5% que detinha no Banco Nacional de Investimento e o Banco Comercial de Investimentos –BCI ceda 1% que também detinha na estrutura accionista. Assim, o Estado moçambicano passará a deter 100% das acções do BNI, que passará a ser um banco de desenvolvimento virado à agricultura, indústria e de financiamento de infra-estruturas diversas.

Segundo o ministro das Finanças, Manuel Chang, as acções vão custar ao Estado moçambicano quase o mesmo valor que os outros accionistas tinham investido no Banco Nacional de Investimentos, na altura da sua constituição, ou seja, pouco mais de 35 milhões de dólares americanos. “Há alguns juros, porque vamos pagar uma parte agora e vamos amortizar outra mensalmente, até Junho de 2013”, explicou o governante.

Recorde-se que o BNI foi constituído em Março de 2011, com um capital social avaliado em 70 milhões de dólares. Nessa altura, o IGEPE e a CGD detinham, cada um, 49.5% das acções e o outro 1% era controlado pelo BCI. No seu primeiro ano de operação, O BNI obteve lucros de 25 milhões de meticais.

Formalizada criação de Banco Nacional de Investimentos

Maputo, 14 Jun 2010. (AIM) – Os Governos de Moçambique e de Portugal formalizaram hoje, em Maputo, a criação do Banco Nacional de Investimentos (BNI), tendo para o efeito lavrado a respectiva escritura pública.

Trata-se de um banco com um capital social de 500 milhões de dólares, vocacionado a avultados investimentos de longo prazo em Moçambique, incluindo infra-estruturas, e que deverá iniciar a sua actividade ainda no decurso do corrente ano.

Quando iniciar a sua actividade, o BNI vai concentrar-se imediatamente em dois projectos importantes, nomeadamente: espinha dorsal da rede eléctrica que parte de Tete até Maputo e a Central Norte de Cahora Bassa.

Nesta sociedade anónima, os governos moçambicano e português partilham 99 por cento das acções, cabendo a cada um 49,5 por cento cada, sendo o remanescente do Banco Comercial e de Investimentos (BCI).

A escritura pública de constituição do BNI foi assinada pelo Director Nacional do Tesouro, António Laíce, em representação do Governo moçambicano, o vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos de Portugal, Francisco Bandeira, pelo executivo português, e o Presidente da Comissão Executiva do BCI, Ibrahimo Ibrahimo. A cerimónia foi testemunhada pelos ministros das finanças dos dois países.

Na ocasião, o Ministro moçambicano das Finanças, Manuel Chang disse que o Governo tem um prazo de seis meses para realizar o investimento correspondente a sua participação na sociedade. Entretanto, Chang escusou-se a revelar a proveniência dos recursos que o Governo vai alocar para esta sociedade.

“Temos um prazo de seis meses para realizar o investimento e os prazos serão cumpridos” asseverou.

Segundo Chang, o Governo vê na criação do BNI um instrumento para a materialização das parcerias comerciais entre o empresariado moçambicano e português.

“O BNI, constituído por capitais moçambicanos e portugueses, é visto por nós como um instrumento de capital importância para o desenvolvimento de uma parceria público-privada que vai desempenhar um papel crucial na busca do financiamento para grandes projectos de infra-estruturas, como impacto directo na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida da nossa população, rumo ao desenvolvimento económico do país” referiu.

Por seu turno, o ministro do Estado e das Finanças de Portugal, Fernando Teixeira dos Santos defendeu na ocasião que não existe progresso sem instituições financeiras para sustentar o mesmo.

Para Teixeira dos Santos, a criação de um banco de investimentos em Moçambique é possível devido a dinâmica da economia, que nos últimos tempos tem registado crescimento assinalável. O ministro português frisou que o BNI será catalizador do desenvolvimento e dinamização de projectos dos empresários dos dois países.

De referir que depois da lavratura da escritura, segue-se a constituição dos órgãos sociais, um processo que deverá durar um mês. Enquanto isso, existe uma proposta para a nomeação de Adriano Maleiane, antigo Governador do Banco de Moçambique, para o cargo de Presidente da Comissão Executiva do BNI.

A segunda fase das nacionalizações

O Pais, 14 DEZEMBRO 2012 00:00 REDACÇÃO

O governo nacionalizou a HCB, Águas de Maputo e o BNI. Nas empresas CFM, LAM, TDM, Mcel e EDM já está o Estado como principal dono. A estatização mostra que continuamos um país socialista em termos empresariais, sendo o Estado o principal player e agente económico. É um modelo que asfixia a concorrência e coarta a democracia.

Com as três empresas nas mãos do Estado, o governo tem um caminho muito facilitado para assegurar o alinhamento dos seus programas de desenvolvimento nas áreas de abastecimento de água, fornecimento de luz eléctrica e financiamento a sectores desamparados, principalmente a agricultura.

Nos últimos cinco anos, o governo apercebeu-se que a velocidade dos privados era menor que as metas estabelecidas nos seus planos e decidiu forçar os accionistas maioritários a cederem o seu capital. A decisão criou ressentimentos e abriu feridas, saradas mais tarde pela filosofia soft power da diplomacia entre Maputo e Lisboa.

Nas três empresas, o Estado passou a controlar maior parte das participações, “afastando” empresas portuguesas da estrutura de comando. O antigo presidente do Conselho de Administração da Águas de Portugal, principal accionista da Águas de Moçambique até 2011, mostrou que não gostou do negócio.

Pedro Serra disse, durante a assinatura do acordo de transferência das acções, em Maputo, que “o que perdemos não será devolvido” e que “todas as soluções seriam possíveis” para reestruturar a empresa.

A estatização visa assegurar a gestão das empresas com um importante papel social e abre campo para o governo dar-lhes uma linha de orientação mais consentânea com as suas políticas de governação.

Nas LAM, TDM, Mcel, CFM e EDM está o Estado como o principal dono. Quer dizer, do ponto de vista de gestão empresarial, o país continua socialista, sendo o Estado o principal agente económico. As recentes nacionalizações mostram quanto o Governo quer controlar tudo.

ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE

A empresa Águas de Portugal (ADP) cedeu, a 30 de Março de 2011, ao Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água (FIPAG) os 73% das participações que controlava na Águas de Moçambique (ADM).

As autoridades moçambicanas afastaram a empresa lusa quatro anos antes do contrato de exploração terminar, e o presidente da ADP, Pedro Serra, disse que “todas as soluções seriam possíveis” para reestruturar a empresa.

As participações de 73% foram adquiridas pelo FIPAG por cerca de seis milhões de euros, dos quais um milhão já tinha sido desbloqueado à ADP. O remanescente deveria ser pago até 2012, concluindo toda a operação.

As partes acordaram, também, repassar uma dívida da empresa para a nova administração. Trata-se de um crédito contraído junto ao Banco Comercial e de Investimentos (BCI), cujo valor não foi especificado.

O negócio de transferência de acções da ADP para o FIPAG foi rápido e obedeceu os prazos previstos. Mas também foi desconfortante para quem saiu. O presidente da ADP disse, mesmo, que a empresa que dirigia acumulou prejuízos e que sai numa altura em que a ADM começa a encaixar lucros.

Em 2010, a ADM teve um resultado operacional de 33 milhões de meticais, sendo a primeira vez que obteve resultados positivos desde que passou para a gestão maioritária da empresa portuguesa em 1999. Pedro Serra disse que se “conformava” com a decisão das autoridades moçambicanas, mesmo considerando que os prejuízos não serão compensados. “O que perdemos não será devolvido, mas isso não é o mais importante. A ADM tem agora capacidade para prosseguir com os projectos de distribuição de água”.

A reestruturação da AdM foi recomendada pelo Banco Mundial, com vista a impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional de água. A transferência de acções foi negociada ao mais alto nível, pelo ministro das Obras Públicas e Habitação, Cadmiel Muthemba, e pela contraparte portuguesa.

HCB

O negócio de compra das participações portuguesas na Hidroeléctrica de Cahora Bassa foi mais complicado. Portugal atrasou-se uma semana para assinar o acordo, em 2007. O negócio foi travado pela União Europeia. Era necessário contabilizar as perdas de Portugal na transferência das participações. A HCB tinha uma dívida de dois mil milhões USD junto de Portugal, entretanto perdoada, e devia pagar na hora 950 milhões de dólares.

A viabilização da operação dependia de Bruxelas, que deveria assegurar que o montante não fosse contabilizado no défice público, o que, a acontecer, faria com que Portugal ultrapassasse o orçamentado e se sujeitasse à aplicação de sanções comunitárias, no âmbito do pacto de estabilidade e crescimento (PEC).

Na sociedade portuguesa, várias vozes levantaram-se a criticar o governo de José Sócrates, acusando-o de fazer um mau negócio. Os 950 milhões de dólares tinham em conta o investimento que ainda era necessário fazer na empresa, o peso dos juros no aumento do montante em dívida ao longo dos anos, além dos longos prazos de pagamento.

Mas não era tudo. Para os bancos financiarem a reversão, precisavam de um contrato de longo prazo com a Eskon, a empresa de distribuição de energia da África do Sul, responsável pelo consumo de maior parte da produção.

Moçambique pressionou, até ao último minuto, a conclusão da operação, o que veio a acontecer a 27 de Novembro de 2007, quando passou a deter 85% das participações. Este ano, o país aumentou o seu peso para 92,5%, pagando 42 milhões de dólares.

Com o Estado à frente da HCB, a quantidade de energia fornecida à EDM para alimentar a rede nacional cresceu. Em 2007, sob o controlo do estado português, a HCB fornecia à EDM apenas 300 megawatts (MW), quantidade que subiu para 500 MW este ano, o correspondente a um aumento de 40 por cento, em cinco anos.

A ideia de nacionalizar a HCB visava exactamente assegurar os interesses da EDM, que tem em meta electrificar o país até 2014.

BNI

O Banco Nacional de Investimentos (BNI) nasceu sem o ritmo que determinou a sua criação. Portugal e Moçambique calcularam injectar um capital social de 500 milhões de dólares norte-americanos, mas realizaram apenas... 70 milhões de dólares.

Este banco foi montado com várias obras em vista, principalmente a construção da ponte Maputo-Katembe, espinha dorsal e central norte da HCB. Nenhuma destas obras está a ser erguida com dinheiro daquele banco, controlado pela Caixa Geral de Depósitos (49,5%), direcção Nacional do Tesouro (49,5%) e Banco Comercial e de Investimentos (BCI).

Esta semana, o governo anunciou que o Estado, através do Instituto de Gestão de Participações do Estado (IGEPE), passará a controlar 100% das participações do banco, devendo fechar a transferência das participações até Junho do próximo ano.

O ministro das Finanças, Manuel Chang, explicou que o banco estará virado ao financiamento da agricultura e infra-estruturas, uma resposta à necessidade de criação de um banco de desenvolvimento capaz de financiar sectores de risco.

O BNI é o braço do Estado no financiamento de projectos de forte impacto social, enquanto a HCB e Águas da Região de Maputo são empresas estratégicas, alinhadas com os interesses do Estado.

Contratos mineiros passarão a ser públicos

OS conteúdos de âmbito fiscal e ambiental de futuros contratos com empresas ligadas à indústria extractiva em Moçambique vão passar a ser públicos, mas apenas matérias que não comprometam as empresas, anunciou, terça-feira, em Maputo, a ministra dos Recursos Minerais. Maputo, Quarta-Feira, 26 de Dezembro de 2012:: Notícias

No final da reunião do Conselho de Ministros, a ministra Esperança Bias salientou que os conteúdos que, do ponto de vista dos investidores, possam afectar negativamente o projecto “serão mantidos confidenciais”.

Na reunião, o governo apreciou a proposta de revisão da Lei de Minas, a ser submetida para apreciação e aprovação pelo parlamento, que prevê alguns ajustamentos à actual legislação, nomeadamente a extensão do prazo de validade das licenças mineiras.

Esperança Bias disse que, por exemplo, o período de exploração mineira e os certificados mineiros vão passar a ter novos prazos, um máximo de 10 anos, como forma de “garantir maior segurança ao detentor do título mineiro.”

MAIS-VALIAS - Taxa-se venda de activos a 32 por cento

AS vendas futuras de activos detidos no país por empresas estrangeiras a operar na extracção de recursos minerais serão sujeitas à aplicação de uma taxa de 32 por cento em sede de imposto sobre mais-valias, disse um quadro superior da Autoridade Tributária (AT).

Maputo, Sexta-Feira, 21 de Dezembro de 2012:: Notícias

A Rádio Moçambique cita Hermínio Sueia, director-geral do departamento de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional da AT, como tendo dito que em resultado de uma alteração à lei aprovada na Assembleia da República, a taxa de 32 por cento será aplicada a todos os negócios independentemente do período do contrato.

Até à data, a venda de activos no país detidos por empresas ou grupos estrangeiros eram taxados numa base progressivamente menor, dependendo do período de tempo em que eram detidos por essas mesmas empresas ou grupos.

Esta alteração à lei entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2013 mas não será aplicada retroactivamente aos negócios já efectuados.

A nova taxa de 32 por cento é substancialmente superior à taxa de 12,8 por cento aplicada às mais-valias geradas com a venda da empresa irlandesa Cove Energy ao grupo estatal PTT Exploration and Production da Tailândia pela soma de 1,9 mil milhões de dólares.

Os grupos petrolíferos Anadarko Petroleum dos Estados Unidos e ENI da Itália estarão já abrangidos pela nova redacção da lei caso pretendam ceder parte das participações que detêm em blocos petrolíferos na bacia do Rovuma, norte do país.

Alargada validade das licenças mineiras

A VALIDADE das senhas e certificados mineiros, foi alargada, tendo como finalidade adequar o processo de exploração adequado à realidade actual.

Maputo, Sexta-Feira, 21 de Dezembro de 2012:: Notícias

Com efeito, o Governo moçambicano vai submeter à Assembleia da República uma proposta de revisão da Lei de Minas que actualiza a legislação em vigor aprovada em 2002.

A ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, explicou que dentre as alterações introduzidas destaca-se o período de validade da senha mineira que é atribuída a população nas áreas de prospecção que passa de um ano para cinco renováveis.

O certificado mineiro, actualmente válido por um período de dois anos deverá, nos termos da proposta do Governo, passar a vigorar até um máximo de 10 anos.

Segundo argumentou, a extensão dos prazos quer da licença assim como do certificado mineiro tem em vista garantir maior segurança aos detentores dos títulos mineiros.

Outra novidade contida na legislação proposta pelo Governo à Assembleia da República, tem a ver com a criminalização da actividade mineira ilícita, nomeadamente a prospecção e pesquisa sem a devida autorização, a circulação de recursos minerais sem certificação.

Lembrou na ocasião que a comercialização de recursos minerais é exclusiva para moçambicanos e o que tem se assistido é que estão envolvidas neste negócio estrangeiros, muitos deles em situação ilegal nas áreas mineiras.

Com a criminalização da actividade ilícita, segundo a titular da pasta dos Recursos Minerais que falava após mais uma sessão do Conselho de Ministros, pretende-se ver reduzida a actividade ilegal que prejudica o país assim como as comunidades.

A ministra disse não ser possível quantificar os prejuízos decorrentes da actividade ilícita devido à complexidade da actividade, mas asseverou que os montantes são muito elevados se se olhar para os danos no local e o valor dos recursos extraídos.

Outra inovação introduzida na proposta de lei é a obrigatoriedade dos titulares mineiros fazerem o “procurement” de bens e serviços através de concurso público anunciado através dos órgãos de comunicação.

Esta medida visa garantir que os cidadãos e empresas moçambicanas possam concorrer para o fornecimento de bens e serviços na actividade mineira.

Nos termos do disposto na proposta de legislação, a licença de prospecção e pesquisa continua válida por cinco anos mas reduz o período de renovação para um máximo de três anos “porque em oito anos é possível passar para a fase de produção”.

A lei em vigor estabelece que o titular da concessão mineira tem um período de 90 meses para começar a produção, período que na nova legislação fica reduzido para 48 meses.

Fundo soberano deve resolver problemas

O GOVERNO moçambicano considera que a possibilidade de se criar um fundo soberano de riqueza com os dividendos da exploração dos recursos minerais pode ser uma aposta para Moçambique caso ajude, de facto, a resolver os problemas que o país enfrenta. Maputo, Terça-Feira, 25 de Dezembro de 2012:: Notícias

Este posicionamento foi defendido sábado, em Maputo, pelo primeiro-ministro (PM), Alberto Vaquina, durante um programa conjunto de rádio e televisão, sobre o balanço das actividades levadas a cabo pelo Governo ao longo deste ano.

Na ocasião, Vaquina disse que a questão do fundo soberano de riqueza é uma discussão em relação à qual o Governo vai tomar a melhor decisão para resolver os problemas do país.

“Se for para guardar dinheiro em bancos internacionais enquanto precisamos de dinheiro para nos desenvolvermos, não creio que seja uma boa aposta. Ainda é uma discussão, ainda não temos recursos. Estamos a discutir o ovo enquanto ainda está na galinha”, defendeu.

O primeiro-ministro, segundo a AIM, frisou que Moçambique ainda enfrenta desafios ligados à pobreza, infra-estruturação do país para sustentar a economia, problemas que só se resolvem com dinheiro.

“Esta questão do fundo soberano não está acabada. Temos ainda grandes problemas relacionados com a pobreza. Um dos desafios que temos neste momento é a infra-estruturação do país. Precisamos de ter mais escolas, estradas e outras infra-estruturas que possam sustentar a nossa geração e, a partir daí, preparar o futuro das próximas gerações. Se o fundo soberano resolve o problema do país, não vejo nenhum problema, adoptaremos a melhor solução para resolver os problemas de Moçambique”, explicou.

Ao longo deste ano que está prestes a findar, a questão da criação de um fundo soberano de riqueza em Moçambique, sustentado pelas descobertas de recursos minerais com destaque para os hidrocarbonetos, foi muito discutida, e até especialistas internacionais vieram ao país para transmitir experiências.

O fundo soberano, segundo foi explicado por economistas nacionais e estrangeiros em vários encontros realizados este ano em Maputo, é uma forma de distribuir os benefícios da exploração mineira a todos os moçambicanos, através do financiamento de despesas públicas em infra-

estruturas, bem como criar reservas para as gerações futuras com os recursos da exploração mineira.

Igualmente, o fundo soberano serviria para financiar o orçamento do Estado, que ainda é dependente da ajuda externa, embora com uma tendência decrescente.

A experiência do fundo soberano está a dar resultados considerados positivos em países como Brasil, Angola, Noruega, entre outros.

O programa contou com a participação de todos os membros do Conselho de Ministros.

GOVERNO REITERA QUE O PROJECTO PRO-SAVANA NÃO VAI CONFISCAR TERRAS DE CAMPONESES

25-12-2012 15:41:25

Maputo, 25 Dez (AIM) – O governo moçambicano reitera que nenhum agricultor perderá as suas áreas de cultivo em resultado de implementação do Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais e Moçambique (Pro-Savana).

O Pro-Savana, que resulta da cooperação entre Moçambique, Brasil e Japão, tem como zona de implementação o Corredor de Nacala, no Norte de Moçambique.

O Corredor de Nacala se estende ao longo da via ferroviária, que vai do Porto de Nacala na província de Nampula até dois distritos mais ao norte da província de Zambézia e acaba em Lichinga, na província de Niassa.

Falando sábado último, durante o programa “Linha Directa”, na sua edição especial realizado conjuntamente pela Rádio Moçambique (RM) e Televisão de Moçambique (TVM), o Ministro moçambicano da Agricultura, José Pacheco, sossegou aos que desconfiam do projecto, particularmente aqueles que vem propalando que a sua implementação vai resultar na perda de terras aráveis pelos camponeses.

“No nosso país não há lugar para o retorno de companhias majestáticas”, disse Pacheco num tom irónico, vincando que “os pequenos agricultores vão manter as suas áreas, porque o objectivo é expandi-los”.

O Ministro explicou que o grande objecto deste projecto é o desenvolvimento de tecnologias agrárias para induzir o aumento da produtividade dos agricultores moçambicanos.

“Por isso, o projecto prevê a criação de uma rede de laboratórios de pesquisa agrária na região do Corredor de Nacala para o apoio a produção agrária, tendo como principal grupo alvo o pequeno produtor”, frisou Pacheco.

O governante moçambicano recordou que 90 por cento da produção agrária no país é feita por pequenos produtores, que ainda continua com características predominantemente de subsistência.

“Assim, o pequeno agricultor é a nossa principal aposta para o desenvolvimento da agricultura. Pretendemos que este pequeno agricultor se transforme num agricultor comercial de pequena, media e, até mesmo, de grande dimensão”, disse.

Na ocasião, Pacheco disse que o Pro-Savana é uma réplica de uma cooperação bilateral que a 30 anos ocorreu no Brasil, numa região que com características idênticas as do Corredor de Nacala.

“Olhamos todos com bons olhos a possibilidade de fazer essa réplica em Moçambique”, afirmou o Ministro, reiterando que a implementação do projecto vai obedecer a legislação vigente no país, nomeadamente a lei de Investimento, bem como a lei de terras e o seu regulamento.

Neste contexto, sublinhou que havendo investidores são bem-vindos e que toda a estratégia de negociação de investimentos privados é de que os projectos têm que ter a responsabilidade social de promover os produtores das áreas abrangidas pelos projectos.

(AIM)

DT <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/652525122012154125.html>

“Sete milhões” - Necessária escolha criteriosa dos mutuários

O PRIMEIRO-Ministro, Alberto Vaquina, reiterou sexta-feira última que a solução do problema dos reembolsos do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), mais conhecido por “Sete milhões”, passa necessariamente pela selecção criteriosa dos beneficiários. Maputo, Terça-Feira, 25 de Dezembro de 2012:: Notícias

Falando em Maputo, no programa “Linha Directa”, excepcionalmente organizado pela Rádio Moçambique (RM) e Televisão de Moçambique (TVM), e que serviu para o Governo fazer o balanço das suas realizações durante o ano prestes a findar, Vaquina defendeu que as próprias comunidades devem exercer pressão sobre os mutuários, “porque o dinheiro pertence às comunidades”.

“A questão da gestão dos “Sete Milhões” tem a ver com a escolha criteriosa das pessoas que, na comunidade, dão garantia e têm seriedade, honestidade e uma honra para hipotecar. São essas pessoas que, se quiserem manter a honra que têm na comunidade, não se sentirão confortáveis se não pagarem aquilo que devem à própria comunidade”, sublinhou o primeiro-ministro.

Na ocasião, Vaquina recordou que o facto de um determinado beneficiário não desenvolver o negócio a que se propôs realizar ou, tendo desenvolvido, não pagar a sua dívida, significa que ele está a retrain a possibilidade de estes recursos passarem para outras famílias na sua comunidade para que estas possam também se desenvolver.

“Portanto deve haver uma pressão social que tem que acontecer na própria comunidade, de modo que as pessoas a serem seleccionadas se sintam desconfortadas e sintam vergonha de estarem a usar recursos de toda comunidade de forma privativa”, afirmou.

Desde 2006, o Governo moçambicano tem estado a alocar este fundo a cada um dos 120 distritos do país e, actualmente, também aos centros urbanos para ser aplicado em projectos de geração de renda, produção de comida e criação de postos de emprego.

Entretanto, os níveis de reembolso dos “Sete milhões” são extremamente baixos. O Governo já, por várias vezes, veio a público explicar que a avaliação dos resultados do FDD deve ser feita na base de resultados e seu impacto junto dos mutuários e comunidades onde é aplicado e não, apenas, de acordo com o nível dos reembolsos.

AIM

CABO DELGADO - Abreu Fabião: Ex-Naparama produz tomate nas margens do rio do Lúrio

Franzino e de poucas palavras é como se pode caracterizar Abreu Fabião, o empreendedor que se fixou na aldeia Nacahe, margem esquerda do rio Lúrio, posto administrativo de Mazeze, distrito de Chiúre, em Cabo Delgado, onde neste ano começou a produzir tomate, também na outra margem, pertencente ao posto administrativo de Lúrio, distrito de Memba, província de Nampula. Maputo, Sábado, 24 de Novembro de 2012:: Notícias

É um antigo “soldado” da força irregular que se chamou “Naparamas” durante a guerra dos 16 anos, que hoje está a dar passos para a sua transformação em pequeno empresário, produzindo e vendendo tomate.

Abreu Fabião, é daqueles que contrariam a tendência de muitos, que infelizmente pretendem esconder a sua história, com receio ou vergonha de que, não lhes possa ser abonatória. Mas o nosso interlocutor, está consciente de tudo o que ditou o seu passado e conta-o com relativa facilidade e orgulho.

Natural do posto administrativo de Méti, distrito de Lalaua, em Nampula, Abreu Fabião estudou até à 7ª classe, na então Escola Secundária de Iapala, distrito de Ribáuè. Não têm receios nem vergonha de contar o seu percurso, que passa pela interrupção das aulas, por causa da guerra e fuga para a cidade de Nampula, capital provincial.

A partir de Nampula chega-lhe a informação de que na sua terra de origem estava a nascer um grupo paramilitar (irregular, mesmo) que utilizava uma vacina que se acreditava fosse anti-bala, de nome Parama, que fazia frente aos guerrilheiros da Renamo, visando a sua autodefesa e nalguns casos fazendo incursões atacantes, para libertar regiões ocupadas.

Sentiu-se “tocado” pela revelação, tendo a seguir corrido para Méti, onde, de facto foi vacinado, para logo a seguir decidir regressar e actuar em outras regiões, primeiro, ao lado de batalhões de protecção de empresas, entre as quais, a Companhia Industrial de Monapo.

“A partir daqui o meu nome foi ecoando pelo litoral de Nampula fora. Eis que sou convidado pelos responsáveis do posto administrativo de Lúrio, distrito de Momba, para operações que culminaram com a libertação desta região toda, a partir do que ganhei simpatia desta gente”, disse Abreu.

Depois do fim da guerra, o nosso entrevistado transfere-se para Pemba, depois do que fixou-se em Miéze, onde se decide pela produção agrícola, para a sua própria sobrevivência, antes que ideias empresariais atacassem o seu íntimo.

“A seguir comecei por comprar tomate, em Malema, província de Nampula, que vinha depois vender aqui em Miéze” confessa o antigo “Naparama”, que para o efeito fazia viagens, Pemba-Nampula, via rodoviária, e Nampula-Malema, através dos comboios dos CFM.

Segundo ele, o negócio mostrou-se rentável, pois punha o tomate, em Nampula, a 50,00 MT/quilo e em Pemba, a 80,00 MT, a mesma quantidade que em Malema, muito precisamente em Nacata, posto administrativo de Mutuáli, adquiria a 20,00 MT.

“Em Dezembro, por exemplo, ninguém discute quando o preço é de 100,00 MT o quilo de tomate” enfatiza, Abreu Fabião.

Foi com base nessa experiência, que no ano passado candidatou-se aos fundos do vulgo “sete milhões”, que foi aplicar nas margens do rio Lúrio, onde produz tomate em cerca de três hectares, do lado de Nampula e um e meio, do lado de Cabo Delgado.

“Esta variedade chama-se rio grande, de origem zimbabweana e já comecei a fornecer a Pemba, desde o dia 20 de Novembro. Portanto o bom tomate que se vê hoje lá na cidade, não vem de Malema, como era antigamente, mas sim, das margens deste rio Lúrio, que está aqui perto” explica o hoje agricultor Abreu, que sonha com altos voos, desde que encontre apoios correspondentes à sua ambição.

Henriques Canicussa, secretário da pequena aldeia de Nacahe, sente-se lisonjeado pela presença de quem pretende trabalhar a terra para dela tirar a riqueza que esconde e disse ao nosso jornal estar de braços abertos para outras iniciativas do género.

Ele falava perante o gerente provincial do GAPI, Sociedade de Investimentos, Paulo Maduca, que se deslocou às margens do rio Lúrio, junto à sua desembocadura, para ver “in loco” os resultados que a iniciativa de Abreu estão a dar.

Pedro Nacuo

A força invisível (?) de Namanhumbir!

Namanhumbir volta a ser notícia, aparentemente porque populares enfurecidos com a intervenção policial, contra um plano prestes a ser executado, de assalto à mina, entenderam retaliar. A reacção, atribuída à população, foi violenta, e contra bens públicos, acabados de reabilitar a seu favor. Maputo, Quinta-Feira, 27 de Setembro de 2012:: Notícias

Entre a possibilidade de ter sido uma acção meramente vândala ou o prolongamento da des governação daquela área administrativa em face do poder que detêm os estrangeiros ilegais que instrumentalizam os nacionais para se envolverem no garimpo ilegal, violando as leis do seu próprio Estado e a convivência dos servidores deste, dadas as quantidades de dinheiro que circulam naquela região do distrito de Montepuez, não é fácil encontrar a racionalidade do que ali está a acontecer.

O nosso primeiro contacto com a mina de Namanhumbir, aconteceu a 18 de Março de 2010, uma quarta-feira, porque nos assistia o dever de acompanhar a ministra dos Recursos Minerais do nosso país, Esperança Bias, que decidira deslocar-se aonde se dizia, não se brincava, pois a tensão e o ambiente era de guerra, entre a empresa que havia sido concessionada a área mineira em disputa e as comunidades locais.

Antes passávamos por Namanhumbir, sem parar, muito embora soubéssemos que o movimento desusado de estrangeiros em viaturas não nossas familiares, implicava que, na verdade, a ocorrência do rubi, de que ouvíamos falar, poderia ser uma realidade. Ninguém ousava parar na sede daquele posto administrativo, a 30 quilómetros da cidade de Montepuez, desde que não se quisesse meter em alhadas de negócio obscuro então vigente.

Mesmo assim, Esperança Bias decidiu deslocar-se a Namanhumbir, depois de um encontro, na cidade de Montepuez, com os líderes de opinião e autoridades político-administrativas daquela região e do distrito em geral. A viagem da governante visava, entre outras coisas, tactear o ambiente e encontrar-se com a população local, a quem queria transmitir uma aula de educação cívica, ligada ao ABC da exploração mineira em Moçambique, a partir do que está legislado.

Antes estive na mina de Muapia, onde já decorria a exploração e pesquisa, e não faltaram queixas do sócio-gerente, da Mwiriti, Lda, Asgar Fakher, pois ainda continuava a exploração ilegal do minério por parte das populações locais, então associadas a cidadãos de Nampula, Niassa e Zambézia, que depois vendiam o produto a estrangeiros, a quem os acusava de serem os fomentadores da violação da legislação em vigor.

A ministra dos Recursos Minerais de repente viu-se envolta em ambiente tenso e até ouviu denúncias de que alguns funcionários da sua direcção provincial, em Pemba, inclusive, poderiam ser coniventes, pela forma profissional e aparentemente fácil com que localizavam e extraíam o minério, para além da convivência de agentes da polícia e da segurança da empresa concessionária.

O nosso jornal acabava de ouvir uma história de alguns dias atrás, segundo a qual, um popular havia precisado de fazer apenas 3,7 quilómetros da sede de Namanhumbir e foi directamente a um local onde cavou cerca de metro e meio e conseguiu extrair pedra de alta qualidade. O gerente acreditava, então, que havia funcionários que estariam a passar a informação aos exploradores ilegais de minérios.

O ponto mais alto, porque tenso, terá sido o encontro que a ministra dos Recursos Minerais teve com uma parte da população interessada no assunto que dividia as autoridades à comunidade local, que serviu para dizer que quem pretendesse desenvolver a actividade no ramo mineiro precisava de estar registado, sob o risco de ser confundido com os fora-da-lei, apesar de as riquezas serem nossas.

Esperança Bias provou naquela data ser uma mulher que valia para além do facto de ser simplesmente um membro do governo central, pois pôde enfrentar homens altamente exaltados, que chegaram a apontá-la com dedo indicador em riste, mas sem ela desarmar, tendo inclusive recorrido à sua língua materna, macua, para tentar demover os seus contrários.

Uma chuva terá contribuído, ao que deu a entender o ambiente envolvente, para que a reunião popular não terminasse de forma violenta, pois estavam a ser criadas as condições para que a Polícia da República de Moçambique pudesse intervir em defesa da governante.

De como o diálogo é importante

Maputo, Quinta-Feira, 27 de Setembro de 2012:: Notícias

Já passava um ano e três meses sobre a data da reunião polémica com a ministra dos Recursos Minerais. No dia 13 de Junho de 2011 a mina de Rubi, depois de muita tinta gasta a seu respeito, constrangimentos à volta de pertença ou não, e sobretudo, envolta em muita tensão social, perturbação da ordem e segurança, que chegou a provocar mortes, conseguia um novo rumo.

Na verdade, tal foi alcançado depois de um diálogo que terminou numa aparente cedência da Mwiriti, Lda, face à pressão das comunidades, tendo-se anunciado medidas e um plano, concretos, de exploração, com um peso específico na melhoria da vida das populações locais.

O nosso jornal veio a saber que tudo tinha como reforço o facto de a Mwiriti, Lda ter conseguido constituir uma “joint venture” com um poderoso grupo britânico da aérea de mineração, a Gemfields, na verdade, uma empresa pública daquele país, que tem uma quota na bolsa de valores, considerada a nível planetário, a primeira na exploração e tratamento de pedras preciosas de cor.

Dados reunidos, a seguir, pelo “Notícias” confirmaram tratar-se duma empresa que opera na Zâmbia, numa parceria com a Kagen, uma sociedade estatal daquele país da África Austral, em que aquela detém 75% e a empresa nacional os restantes 25 por cento, a mesma percentagem que encontramos na Montepuez Ruby Mining, Lda, a maior para a Gemfields.

O nosso jornal tem conhecimento de que no quadro da “joint venture” a Gemfields se responsabiliza por toda a cadeia produtiva, desde a exploração do mineral à colocação nos mais cotados mercados da especialidade no mundo, passando pelo processamento.

Parecia terem sido ultrapassados os pontos de penumbra entre a empresa e as comunidades locais, que representadas pelas suas lideranças tiveram que fincar pé, para que do negócio não saíssem a perder totalmente, questionando inclusive, os seus benefícios.

Do encontro de 13 de Junho de 2011, saiu o compromisso de a empresa promover o desenvolvimento comunitário, através de iniciativas sociais, cujo alcance passaria pela selecção de 72 famílias, para além da sede do posto, nas aldeias circunvizinhas de Nsewe, Nanune, Nanhupo (A e B), Mpene e o aglomerado populacional de Ntoro, que iriam beneficiar de um projecto de criação de aves.

Para o início do projecto de aviários, a empresa iria atribuir a cada família escolhida 25 pintos, comedouros e bebedouros, ração e vacinas para o primeiro mês. Por outro lado, ela mesma compraria os primeiros 12 frangos daí resultantes, ficando para cada beneficiário os restantes, que poderia vender no mercado.

Um outro grupo de beneficiários seria de carpintaria, constituído por 20 pessoas, para o qual a concessionária, iria comprar todo o material de trabalho, que iria extrair a madeira no interior da sua área e o produto seria absorvido pela empresa, na fase inicial em que iria precisar de se equipar e, mais tarde, poderia estar disponível a outros clientes.

Deste modo, seria com base na madeira extraída na área concessionada, que seriam produzidas carteiras escolares para, numa primeira fase, a escola primária local, cuja reabilitação foi concluída, no quadro dos melhoramentos prometidos.

Entretanto, mais um grupo de beneficiários, desta feita de produção de hortícolas seria identificado. Seriam 25 elementos da população, a quem a empresa se comprometia a apoiar, fornecendo semente melhorada e pesticidas, instrumentos de trabalho, para no fim o produto ser comprado pela mesma, se bem que, mais tarde poderia até pôr no mercado.

Escola de Nsewe 1 em reabilitação
Força invisível (?) gora todas as iniciativas
Maputo, Quinta-Feira, 27 de Setembro de 2012:: Notícias

A liderança tradicional, ouvida pelo nosso jornal, logo a seguir ao anúncio das promessas da empresa, apresentou-se particularmente satisfeita por entender que o desenvolvimento da futura empresa far-se-ia sentir nas comunidades locais.

Terenciano Dinis, régulo do primeiro grau, que encarna o nome do seu antecessor, Nánhoma, falando em moldes elogiosos, por aquilo que dizia ser um reconhecimento das razões que sempre assistiram às populações locais, disse ser o que as populações necessitavam para uma boa convivência com a empresa.

Ficava ainda mais satisfeito por, entre as beneficiações constar a construção de uma campá do seu antecessor, Nánhoma, para o que a Mwiriti (mesmo antes de absorvida na actual sociedade), já alocara 22 chapas de zinco, 20 barrotes, cinco sacos de cimento, cinco quilos de pregos, quatro litros de tinta e um pincel.

É dentro deste quadro que a empresa resultante da fusão das duas acima reiteradas, inicia com o processo da sua instalação, que culminou com o primeiro sinal da actividade de exploração mineira, oficialmente lançado a 23 de Agosto passado, depois de a 3 de Abril ter chegado àquela vila mineira o equipamento pesado destinado à extracção industrial do minério.

Porém, concomitantemente, multiplicou-se a apetência pelo rubi de Namanhumbir, obtido pelas vias ilegais, o que fez com que, em menos de dois meses houvesse no norte de Moçambique, mais de cinco detenções de pessoas, nas províncias vizinhas, na posse daquele minério mais caro, a seguir ao diamante, a última das quais foi da cidadã norte-americana, em Nampula, apanhada com 6,88 quilogramas, uma quantidade que vale entre 25 e 30 milhões de dólares, segundo estimativas de gente abalizada.

No terreno, os exploradores ilegais não desarmam e usando cidadãos nacionais, os estrangeiros, muitos deles igualmente com presença ilegal em território nacional, incrementam as suas acções, puxando para o seu lado os que, por seu turno, ganham com a exploração do recurso, de forma nociva aos cofres do Estado.

Entretanto, os estrangeiros responsáveis pela manipulação dos moçambicanos são localizáveis, pois vivem nas proximidades da mina de Namanhumbir, a maioria deles de forma ilegal, nomeadamente nas aldeias Nanhupo, Msewe e na sede do posto administrativo, outros ainda na cidade de Montepuez, que as várias rusgas policiais não os conseguiu retirar.

Aliás, segundo fomos informados no local, as intervenções policiais acabam prejudicando os nacionais, que são postos à frente da acção criminosa, pois os seus mandantes não se envolvem directamente na exploração ilegal do minério, criando à sua volta pequenos grupos de moçambicanos que trabalham para si.

Destruição do pouco que se ia conseguindo
Maputo, Quinta-Feira, 27 de Setembro de 2012:: Notícias

A concessionária da mina de Namanhumbir (antes e agora) sempre se dispôs a colaborar com as comunidades, através das suas lideranças, na perspectiva de ir melhorando as condições de vida da região, a partir dos projectos pensados e a que fizemos referencia atrás.

O director do projecto, Sanjay Kumar, pediu no dia 23 de Agosto, mais uma vez, a colaboração das autoridades, principalmente no que aos aspectos ligados à legislação diz respeito, alegadamente porque é sua intenção ver o empreendimento abraçado no seio das comunidades locais, bem assim sem desentendimentos de qualquer espécie com o governo.

Trata-se do prosseguimento do trabalho de Asgar Fakhr, considerado o “rebenta-mina” de Namanhumbir, pois lidou com todas as vicissitudes na altura em que aquela região mineira era um verdadeiro barril de pólvora, que muitos pensavam tivesse sido dissipado.

Numa altura em que está em construção a vila mineira e a exploração industrial praticamente em curso desde o dia 23 de Agosto, esperando a montagem de casas para o alojamento de técnicos e especialistas do ramo de mineração e a implantação do equipamento de lavagem, eis que de novo rebenta uma onda de mal-estar entre os populares, postos como escudo dos estrangeiros, que os terão maquinado para uma possível manifestação em jeito de assalto à mina, à qual a polícia se antecipou.

Em resposta à acção policial, os manifestantes escolheram, curiosamente, as infra-estruturas que estavam a ser reabilitadas pela empresa com que, aparentemente, não se simpatizam, para as destruir.

A concessionária ainda está na fase do cumprimento das promessas por si feitas, havendo até aqui, conforme se pode ver, escolas reabilitadas e cerca de 17 poços de água que se encontravam inoperacionais.

Na opinião de pessoas que acompanham o evoluir da situação de Namanhumbir e que não se deixam levar pela pretensa insatisfação popular, resta concluir que a Montepuez Ruby Mining, Lda enfrenta, neste momento, resistência de duas proveniências que se completam.

Por um lado, segundo sustentam, está o facto de que os estrangeiros ilegais não querem desarmar e não pretendem dar a cara no garimpo, pois encontraram nos moçambicanos uma fragilidade que lhes faz pensar que vale a pena ganhar o pouco que eles dão ao invés de ser o Estado que tem a responsabilidade de distribuição da riqueza existente.

Há muito interesse em algumas pessoas locais, mesmo fora das lideranças comunitárias, que prossiga a desgovernação em Namanhumbir, para que disso obtenham os dividendos directos, ainda que tal signifique somas em dinheiro avultadas, perdas pelo Estado moçambicano.

Uma outra variante coloca-se em quem tem que tomar a decisão de expurgar a região dos estrangeiros ilegais, considerados pela empresa e analistas atentos, como os promotores de todas as acções que emprestam um carácter rebelde às populações de Namanhumbir.

O facto é que corre muito dinheiro na mina de Namanhumbir e casos de conivência têm sido detectados, mas ainda ao mais baixo nível, suspeitando-se que haja mais gente interessada na desordem que se vive naquela região, a sul da capital provincial de Cabo Delgado.

Não se percebe que na mesma altura em que os líderes comunitários da zona, sob a solicitação da empresa, acabam de entregar 70 jovens, apenas para serventes de casas que já estão a ser implantadas, a reabilitação de poços continua e se fala em cerca de 500 postos de emprego, seja o momento exacto escolhido pela dita população para perpetrar acções de vandalismo contra o empreendimento que assim procede.

A situação de Namanhumbir está a clamar por uma maior e menos duvidosa intervenção dos poderes existentes, sob o risco de se perpetuar o actual clima em que parece não haver autoridade instituída, conforme alguns funcionários do Estado ali afectos, que não se sentem confortáveis face às desconfianças mútuas existentes de aparente conivência de alguns sectores, ainda não identificados, da administração local.

O posto administrativo de Namanhumbir, a cerca de 170 quilómetros de Pemba, tem 22.140 habitantes, tendo fé nos dados estatísticos do recenseamento populacional e de habitação, que teve lugar no sétimo ano desta década.

Deste universo, 2.379 habitantes vivem na aldeia-sede do posto, que hoje deve ter mais gente, tendo em conta o número de estrangeiros que lá existem, bem assim, as aldeias Nanhupo e Msewe, para além dos que fixaram residência na cidade de Montepuez, sede do distrito do mesmo nome.

Pedro Nacuo